

**O FESTIVAL DE MÚSICA PRIMEIRO DE MAIO:  
experiência musical e política de uma Comunidade Eclesial de Base no Rio  
de Janeiro**

Sigrid Hoppe

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ), analista da Fundação Oswaldo (FIOCRUZ) e professora de Sociologia da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

**Resumo:**

O presente artigo tem como objetivo analisar o Festival de Música e Poesia Primeiro de Maio, realizado em edições anuais, entre 1997 e 2004, em uma favela na cidade do Rio de Janeiro. Este evento foi organizado por um grupo de católicos integrantes de uma Comunidade Eclesial de Base e teve como característica promover, por um lado, a reflexão e conscientização dos moradores da região sobre as injustiças sociais vivenciadas pela população e, por outro lado, instaurar determinadas práticas e relações sociais que favoreceram a consolidação de laços afetivos entre os vizinhos.

**Palavras-chave:** Comunidade Eclesial de Base. Festival. Música. Política. Religião.

***THE FIRST OF MAY MUSIC AND POETRY FESTIVAL:  
musical experience and politics from a Basic Ecclesial Community in Rio de  
Janeiro***

**Abstract:**

The current article aims to analyze the The First of May Music and Poetry Festival, held in annual editions, between 1997 and 2004, in a favela from the city of Rio de Janeiro. That event was organized by a Catholic group, members of a Basic Ecclesial Community and had as its characteristic promote, on one hand, the reflection and awareness from the inhabitants of that region about the social injustices lived by that population and, on the other hand, install determined practices and social relations that benefited the consolidation of affectional bonds among the neighbors.

**Keywords:** Basic Ecclesial Community. Festival. Music. Politics. Religion.

## **Comunidades Eclesiais de Base**

De acordo com Frei Betto (1985), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia ou da capela por iniciativa de leigos, padres ou bispos. São chamadas de comunidades eclesiais por reunirem de dez a 50 pessoas que pertencem à mesma igreja e que moram na mesma região. São consideradas como de base porque seus integrantes são pessoas das classes populares que se reúnem em torno de seus problemas de sobrevivência, moradia e lutas por melhores condições de vida.

As CEBs foram criadas no Brasil no contexto do regime militar de 1964 e participaram de movimentos de resistência camponesa; de reivindicações de populações faveladas e das periferias urbanas por equipamentos de consumo coletivo; da constituição de oposições sindicais e do novo sindicalismo; e das disputas político-partidárias. Em tais iniciativas, os membros das CEBs podiam agir isoladamente ou articulados com outras forças sociais. As atividades envolviam comunidades inteiras ou apenas alguns de seus participantes.

Segundo Rodrigues (1997), na literatura sociológica houve um consenso inicial sobre a importância das CEBs, cuja eficácia estaria no fato de formular um quadro coerente da sociedade, pois sua linguagem tinha a capacidade de organizar elementos presentes no cotidiano das classes populares, ordenando suas experiências e encaminhando a prática política. Porém, diante dos desdobramentos da conjuntura política, as análises sobre as CEBs começaram a ser controversas. Para Rodrigues (1997), a conjuntura do início da década de 1980, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) obteve pequeno percentual do eleitorado nacional, influenciou a percepção sobre as CEBs. O potencial político da experiência delas passou a ser relativizado e sua influência nas formas de atuação política foi tida como pouco eficiente no processo de institucionalização do modelo político que vinha sendo firmado no país.

Apesar da oscilação nas interpretações sobre os seus significados políticos, na década de 1990, as CEBs se tornaram objeto de estudo de diferentes campos de saber. Portanto, é notório que muito já se escreveu sobre as CEBs. O que mais poderia ser produzido a respeito do tema? Theije (2004) afirma que, apesar dos diversos estudos já realizados sobre as CEBs, há efeitos propiciados por elas que ainda não foram suficientemente percebidos, como, por exemplo, a permanência de práticas

participativas, a formação de consciência crítica e as ideias de união e ajuda mútua. Este artigo busca preencher, em parte, esta lacuna.

### **A constituição da Comunidade Eclesial de Padre Josimo Tavares em Jacarepaguá**

Até a década de 1970, a região de Jacarepaguá era relativamente isolada do restante da cidade do Rio de Janeiro/RJ, em virtude de poucos acessos viários. Tratava-se de um lugar com características rurais, repleto de moradias horizontais e sítios, fazendo parte do chamado Sertão Carioca. Durante os anos 60, a região começou a ser conhecida como parte da Zona Oeste. Fernandez (2009) considera que a mudança de nome desta região de Sertão Carioca para Zona Oeste anunciava e consolidava os planos de usos industriais e urbanos para esta parte da cidade, tentando tornar obsoleta a atividade agrícola que a caracterizava até então.

Com a construção das primeiras vias rodoviárias idealizadas pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, houve o início da urbanização da Zona Oeste que, desde então, tornou-se o eixo de expansão territorial do município, com conseqüente incremento populacional e desenvolvimento dos setores comercial e de serviço. Contudo, não houve investimentos em infraestrutura do mesmo porte, razão pela qual a região apresenta baixos índices municipais de coleta de lixo, abastecimento de água, sistema de esgoto, moradias em condições de habitabilidade, pavimentação, iluminação pública e serviços de saúde e educação. Além disso, em tempo de chuvas, trágicos desmoronamentos de casas populares são comuns, pretexto usado para justificar os expedientes de remoção de populações de baixa renda de áreas valorizadas para a construção de empreendimentos imobiliários.

Nas décadas de 1980 e 1990, no enfrentamento de problemas advindos da urbanização como, por exemplo, alagamentos de vias, trânsito caótico e transporte público deficitário, atores sociais se organizaram em Associações de Moradores e em Movimentos Sociais Urbanos<sup>1</sup>, reivindicando ações efetivas das esferas públicas. Neste processo de protagonismo político dos moradores, a Comunidade Eclesial de Base

---

<sup>1</sup> “Para resolver os problemas oriundos das idealizações sobre o urbano, frente à prática concreta da vida nas grandes cidades ‘modernas’, Castells lança mão do que chama de Movimentos Sociais Urbanos. Um conceito que procura explicar o que poderia ser visto como uma permanência das representações culturais da cidade frente às apropriações dos fenômenos e processos de urbanização pelo capitalismo, de acordo com as especificidades das formações sociais através das quais se manifesta.” (SANTOS, 1981, p.21).

Padre Josimo Tavares foi importante para a formação de consciência crítica sobre a realidade social e o fomento das reivindicações populares na favela Shangri-lá.

A CEB foi formada na década de 1990, quando alguns estudos apontam que o catolicismo liberacionista estava em refluxo. A pesquisa de Prandi (1997) é um dos estudos que salienta a perda de importância das CEBs frente ao crescimento dos grupos ligados à Renovação Carismática (RCC). Segundo Prandi (1997), havia uma tensão entre a RCC e o catolicismo das CEBs; e entre a RCC e o pentecostalismo. Para o autor, o catolicismo carismático

[...] pode ser pensado como movimento conservador de dupla reação: primeiro, um movimento mais geral, voltado para fora do catolicismo, isto é, tendo como oposição o pentecostalismo e outras religiões que vêm minando as fileiras católicas. Segundo, um movimento voltado para dentro da própria Igreja, enfraquecendo as posições assumidas pela Igreja Católica da Teologia da Libertação e das CEBs, comprometida com transformações sociais à esquerda (PRANDI, 1997, p. 11).

Segundo esta interpretação, a RCC se opunha às CEBs, porque priorizava a valorização do indivíduo e da família, desconsiderando as preocupações que diziam respeito à justiça social e à mudança das estruturas da sociedade. Em 1994, o autor aponta que havia três milhões e oitocentos mil católicos carismáticos e que isto representava quase o dobro dos católicos que pertenciam às comunidades eclesiais de base. No entanto, embora as CEBs estivessem em visível declínio naquela época, os católicos das CEBs representavam ainda 2% do total de católicos, ou seja, o equivalente a aproximadamente dois milhões de pessoas.

Apesar de salientar a perda da força do catolicismo das CEBs frente à RCC, Prandi (1997) reconhece que houve um fator importante que emergiu com as CEBs: “a participação efetiva dos leigos na vida eclesial com necessária perspectiva de transformação social” (PRANDI, 1997, p. 99).

Neste sentido, qual foi a “transformação social” que a CEB Padre Josimo Tavares quis realizar? Os fundadores da CEB idealizavam empreender melhorias habitacionais na favela e, ao mesmo tempo, transformar moralmente os moradores. Essa concepção que relaciona melhoria habitacional e moralidade não era propriamente uma novidade. A realização de ações em favelas pela Igreja católica não é recente no país. Conforme Burgos (2005, p. 204), entre 1947 e 1954, a Fundação Leão XIII atuou em 34 favelas implantando serviços básicos e mantendo centros sociais nas maiores favelas da época.

Posteriormente, em 1955, foi criada a Cruzada São Sebastião que, entre 1956 e 1960, realizou melhorias nos serviços básicos de 12 favelas e construiu o conjunto habitacional Cruzada no bairro do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Burgos (2005):

A Igreja católica encarava a favela como um espaço ecológico particular, que produzia uma sociabilidade exposta à promiscuidade e à indolência; a reforma moral de seus moradores supunha, por isso, a transformação do espaço da favela, o que não poderia ser feito sem a interlocução com entidades coletivas da favela e com o próprio Estado, o que levou a um envolvimento da Igreja Católica com o mundo popular organizado (BURGOS, 2005, p. 205).

A reforma moral dos moradores das favelas dar-se-ia através da transformação da moradia. Esta percepção que privilegia a questão habitacional no problema da favela não é exclusiva da Igreja católica, marcou o debate sobre as favelas e as políticas habitacionais do país, conforme demonstra Machado (2009). Apesar da atuação da igreja na favela não ser uma novidade, é preciso lembrar qual era o contexto socioeconômico e político da época do surgimento da CEB para compreender a motivação dos seus integrantes em operar mudanças na favela Shangri-lá.

Quando a CEB foi formada, o país atravessava um momento de grandes transformações que influenciaram profundamente a questão social brasileira. Na década de 1990, houve o avanço do neoliberalismo no país, o que significou a difusão de práticas de reestruturação produtiva e fusão de empresas com consequente demissão de muitos trabalhadores. Além disso, assistimos às privatizações de várias empresas públicas e a concessão de serviços até então estatais ao mercado nacional e internacional. Foram anos de descontrole monetário, crise de governança e quase hiperinflação. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicavam que 23 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza (IBASE 2014).

Também remonta a este período o crescimento do tráfico de drogas em poder e organização, trazendo mudanças no convívio social urbano. Disputas de territórios para venda de drogas entre traficantes nas favelas do Rio de Janeiro se tornaram comuns e a reação da polícia nas favelas oscilou entre convivência, disputa de mercado e enfrentamento com violência extrema.

A literatura sociológica dos anos 1990 utiliza termos tais como *barbárie*, *hobbesianismo* social e *selvageria* quando se refere à experiência urbana brasileira. Machado (2009, p.38) aponta que, a partir da década de 90, houve a “[...] presença e a

generalização da criminalidade violenta – não só sua existência concreta, mas também seu reconhecimento cognitivo, emocional e moral”. Ao mesmo tempo, o Estado, que até então desempenhava o papel de regular os conflitos de modo a manter o equilíbrio entre os interesses sociais e políticos, começou a sofrer modificações em suas funções, houve uma reorganização da atividade política e da esfera pública em razão do advento do capitalismo flexível.

Diante dos baixos salários e desemprego acentuado, uma parcela considerável da população brasileira não consegue participar do mercado imobiliário formal, pois os preços dos imóveis, tanto para a compra quanto para o aluguel, são inacessíveis. Uma alternativa recorrente utilizada pela população de baixa renda é morar em favelas e utilizar os modos de autoconstrução ou mutirão para a obtenção da casa própria, visto que por estes métodos o custo da obra é reduzido em virtude da não remuneração de toda ou parte da mão de obra.

A ideia do trabalho de mutirão para a construção das casas em Shangri-lá não visava apenas economizar com a mão de obra, mas também reforçar alguns aspectos morais que os coordenadores “desejavam ensinar àquela população”. Segundo uma integrante da CEB, entrevistada em 2015, “construir casas em mutirão com as próprias mãos tinha o significado de construir o seu futuro, o seu caráter”.

A autoconstrução e o mutirão são modos solidários de edificação. Na autoconstrução, conta-se com a ajuda de parentes, amigos e vizinhos nas fases mais difíceis como, por exemplo, na feitura da laje. No mutirão, a ideia de coletivo está presente desde o início. O trabalho é organizado e discutido entre os participantes e realizado em conjunto, o que faz dele um processo de organização social onde a solidariedade é o que conta para se obter coletivamente o direito à moradia.

Um ideal das CEBs propagado era a união entre os integrantes, a ênfase na disposição de ser “irmão”, de conviver com o povo, a disponibilidade de ajudar. Nesta direção, as iniciativas de trabalhos em forma de mutirão funcionavam como condicionantes de uma solidariedade permanente, em que a ajuda mútua torna-se a rotina.

O compromisso da CEB com as lutas coletivas por direitos sociais é evidenciado em seu próprio nome. O padre Josimo Tavares coordenou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em área de intensos conflitos pela posse de terra na região do Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins e acabou sendo assassinado, em 1986. A escolha do nome deste padre, que “derramou sangue pela causa”, para nomear a CEB,

marca de maneira incontestável o compromisso e a atuação deste grupo de católicos nas reivindicações pelo direito à terra e à moradia digna para a população de baixa renda em um momento em que Jacarepaguá começava a sofrer os efeitos da gentrificação, com a consequente expulsão da população de baixa renda de locais que passaram a ser valorizados.

### **Redes de mobilização social**

Para a realização do projeto de melhorias habitacionais em Shangri-lá, os fundadores da CEBs aliaram-se a diversos atores sociais. Várias instituições nacionais e internacionais colaboraram para o projeto de melhoria das condições de vida das famílias da favela referida, tais como: a Fundação Bento Rubião, a Universidade Santa Úrsula, a Federação de órgãos para Assistência Social Educacional (FASE), o Instituto Brasileiro de Geopolítica e Estatística (IBASE), o Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS), o Centro de Ação Comunitária (CEDAC), a Associação de Grupos de Produção, o Centro Cooperativo Uruguaio, o Fundo Religioso, a entidade católica alemã MISEREOR, a organização holandesa para cooperação Internacional e Desenvolvimento NOVIB, ONG espanhola SODEPAZ (ANTAS, 2000, p.16, 40 - 43). Além destas entidades, o Comitê da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida teve uma participação muito expressiva no projeto coletivo.

Em 1993, foi criado o Movimento pela Ética na Política que resultou na Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, campanha que arrecadou toneladas de alimentos e mobilizou setores da sociedade brasileira para o debate sobre a fome e sobre políticas públicas de segurança alimentar (IBASE, 2014). Esta tentativa, entre outras, de restaurar a solidariedade social marcou o surgimento e a atuação da ONG Viva Rio e é interpretada por alguns autores como a invenção de uma ‘religião civil’ que, através da valorização de virtudes cívicas e compromisso com o espaço comum, criou a esperança de mudar a realidade social (LEITE, 2003, p.67).

A comoção a respeito das populações mais vulneráveis motivou a criação dos Comitês da Campanha em todo o país. Um destes Comitês foi instaurado na Taquara, Jacarepaguá, reunindo-se na Igreja Sagrada Família, que os membros da CEB também frequentavam. Inicialmente, o Comitê da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida da Taquara recolhia alimentos para serem distribuídos aos moradores

miseráveis do seu entorno. Contudo, em pouco tempo, outras ações assistencialistas de cunho econômico e cultural foram acrescidas, como por exemplo, iniciativas de geração de renda, hortas comunitárias, oficinas de trabalhos artesanais, entre outras (ANTAS, 2000, p. 37).

Uma Cooperativa Habitacional foi criada com o objetivo de gerar renda e construir casas de alvenaria para os moradores de Shangri-lá. Segundo Antas (2000), a primeira ação desta cooperativa, decidida, coletivamente, pelas famílias e o Comitê da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida da Taquara, foi a aquisição do terreno de 1400 metros quadrados do “faveleiro” isto é, do dono do terreno que cobrava aluguel dos moradores dos barracos ali construídos. Também foi criada uma fábrica de blocos de concreto e de vigas para produzir o material da construção das casas e gerar emprego e renda para os moradores. Além da fábrica de tijolos, uma cozinha industrial foi montada em Shangri-lá para ajudar na manutenção das famílias.

Estas atividades e a construção das casas em mutirão tiveram início em 1992. Dois anos depois, as primeiras casas foram entregues aos moradores. A intenção era que os moradores e seus descendentes tivessem o direito de uso das casas, mas não poderiam vendê-las. No caso de morte dos moradores e ausência de descendentes, a casa voltaria a pertencer à cooperativa.

A condição estabelecida para ter direito às casas era o número de horas de trabalho braçal dedicado por cada família à construção das casas, além da participação nos encontros semanais de formação política e de organização do trabalho.

## **O Festival Primeiro de Maio**

O historiador Hobsbawm (1984) cunhou o termo “invenção da tradição” para definir a formalização e ritualização de práticas de natureza simbólica, reguladas tacitamente, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento, através da repetição, em busca de uma continuidade com um passado. O historiador chama a atenção que, mesmo as revoluções e os movimentos progressistas que rompem com o passado precisam legitimar suas ações e promover a coesão social do grupo, através da elaboração de seu próprio passado histórico relevante.

Neste sentido, são “tradições inventadas” tanto as práticas construídas e formalmente institucionalizadas como aquelas cujas origens são muito facilmente

identificáveis. Uma e outras são reações a situações novas e, em consequência, estabelecem uma relação de continuidade bastante artificial com o passado.

Há diversas maneiras de invenção de tradições. É possível perceber novas tradições enxertadas em velhas ou inventadas com empréstimos de rituais e simbolismos oficiais. Pode ocorrer de situações do passado serem acionadas para corroborar situações novas e também há os casos em que um passado relevante é estabelecido. As diversas maneiras têm em comum o uso da história para legitimar ações e como elemento de coesão grupal. Percebe-se, contudo, que a invenção da tradição está intimamente relacionada às transformações. É possível supor que, quanto mais rapidamente ocorrem mudanças, mais tradições são inventadas.

Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido “invenção” de tradições neste sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com os seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. (HOBBSAWM, 1984, p.13).

Ao contrário, quando velhos usos ainda se conservam, não há necessidade de inventar tradições. As tradições genuínas sofrem adaptações sem que isso signifique invenção. Portanto, as tradições inventadas servem como indicadores, como sintomas importantes, pois elas são capazes de mostrar problemas não percebidos de outro modo.

Hobsbawm (1984) identifica três categorias sobrepostas de tradições inventadas desde a Revolução industrial: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade; c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias e sistemas de valores e padrões de comportamentos.

Utilizando a ideia de invenção das tradições de Hobsbawm, poderíamos dizer que o ano de 1997 foi profícuo em “invenção de tradição” na CEB Padre Josimo Tavares. Um evento foi criado neste ano após a chacina de trabalhadores rurais ocorrida em 1996 e que ficou conhecida pelo nome de “Massacre de Eldorado dos Carajás”.

Os trabalhadores do Movimento dos Sem Terra faziam uma caminhada até a cidade de Belém, quando foram impedidos pela polícia de prosseguir. Mais de 150 policiais – armados de fuzis, com munições reais e sem identificação nas fardas – foram destacados para interromper a caminhada, o que levou a uma ação repressiva extremamente violenta e na morte dos trabalhadores. [...] As autópsias revelaram que 10 dos 19 mortos foram executados, inclusive à queima roupa, e outros foram mutilados até a morte com suas próprias ferramentas de trabalho. O massacre também deixou 69 pessoas feridas, entre elas muitas com sequelas resultantes de balas alojadas em partes do corpo que as impossibilitam de trabalhar no campo. Dois deles faleceram em consequência dos ferimentos, totalizando 21 vítimas (website Anistia Internacional, 2016).

A chacina dos trabalhadores do MST produziu forte comoção nacional e internacional. Neste contexto, houve a mobilização do Comitê da Taquara em prol da Reforma Agrária, através da divulgação de um abaixo assinado em apoio ao documento “Carta da Terra”, que seria enviado ao Congresso Nacional e que versava sobre a Reforma Agrária. Para divulgar o documento, em 1996, os fundadores da CEB organizaram uma festa no pátio da Igreja Sagrada Família. A intenção era reunir pessoas para ganhar adeptos para a causa e recolher assinaturas de apoio ao referido documento. A festa atraiu muitas pessoas e o espaço do salão da Igreja ficou pequeno para a mobilização.

No ano seguinte, a atividade de mobilização política foi realizada junto com a celebração da entrega de casas em Shangri-lá, no dia primeiro de maio, constituindo uma festa de maiores proporções e simbolicamente significativa, tanto pela data que celebra o dia do trabalhador, como pelo espaço escolhido ser uma favela. Este novo formato de mobilização política da CEB constituiu o “Festival de Música e Poesia de Primeiro de Maio”. A organização desse festival alargou a rede de mobilização social em torno de Shangri-lá, agregando integrantes de outras CEBs, padres de várias paróquias, moradores dos arredores, músicos e políticos locais.

É importante lembrar que a celebração do primeiro de maio é repleta de significados para os militantes de esquerda. Segundo Gianotti (2007, p. 33), o dia primeiro de maio é o dia em que “homenageamos os que tombaram naquela luta e os que nela prosseguiram com suas reivindicações”.

Mas qual luta? De acordo com Perrot (2010), “o primeiro de todos os Primeiro de maio” foi criado em 1890. A fixação da data refletiu a solidariedade do movimento operário, no episódio conhecido como a greve dos “Mártires de Chicago”, ocorrida no dia primeiro de maio de 1886. Na ocasião, a greve dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias foi violentamente reprimida, provocando

centenas de mortes, milhares de feridos e a prisão dos líderes, dos quais cinco foram condenados à morte, dois à prisão perpétua e um deles a 15 anos de cadeia.

O “primeiro de maio” criado, inicialmente, como uma homenagem aos trabalhadores de Chicago pode ser compreendido como um ritual no qual são realizadas ações simultâneas em vários países, mobilizando grande número de pessoas, em torno das reivindicações trabalhistas. Nestas ocasiões, a pedagogia da festa acentua a identidade da classe trabalhadora e, pela demonstração de consenso de classe, expressa força para intimidar os poderes públicos.

Levando em consideração a análise de Hobsbawm (1984), é possível considerar o “primeiro de maio” como uma invenção de tradição com uma data de início identificável com característica de coesão social, pois seu objetivo é promover a união dos trabalhadores e militantes do movimento operário, procurando legitimar o movimento e buscando inculcar ideias, valores e padrões de comportamento. O rito atualizaria “a luta contra o capital”, fortalecendo convicções e criando sentimentos de comunhão e solidariedade entre militantes e trabalhadores de todo o mundo.

A “invenção” do primeiro de maio no Brasil, por sua vez, teve oscilações em suas características, de acordo com as repressões e avanços da classe trabalhadora. A primeira comemoração foi realizada em 1895, na cidade de Santos e, ao longo dos anos, segundo os posicionamentos políticos, a festividade sofreu modificação nas formas e em seus conteúdos. Houve momentos em que se tentou descaracterizar a mobilização como um ato de reivindicação dos trabalhadores. Em setembro de 1924, a data foi transformada em feriado nacional por um decreto do presidente Artur Bernardes. No decreto lê-se “é considerado feriado nacional o primeiro de maio [...] consagrando-se não mais os protestos subversivos, mas a glorificação do trabalho ordeiro” (GIANNOTTI, 2007, p.108). Anos depois, a jornada de oito horas de trabalho, motivador principal das reivindicações trabalhistas das primeiras décadas do século XX, no Brasil, foi regulamentada, em 1932, e transformada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no dia primeiro de maio de 1943, por Vargas. A partir do estabelecimento da CLT, passou a ser costume do governo brasileiro anunciar, no dia primeiro de maio, o aumento anual do salário mínimo e celebrá-lo de forma a glorificar a figura do presidente.

Após a era Vargas, as comemorações do primeiro de maio foram retomadas no sentido de luta por direitos dos trabalhadores. Contudo, com o advento da ditadura militar, em 1964, houve repressão das comemorações. O primeiro de maio

comemorado em São Bernardo do Campo, no ano 1980, foi um marco do surgimento de novas identidades coletivas no Brasil e da redemocratização do país. Nesse dia, a greve dos metalúrgicos do ABCD<sup>2</sup> paulista já contava um mês de duração e tinha alcançado 38 municípios e 325 mil operários. Em solidariedade aos grevistas, foram formados comitês de apoio, em toda a Grande São Paulo. “Pastorais da Igreja, parlamentares da oposição, Ordem dos advogados do Brasil (OAB), sindicatos, artistas, estudantes, jornalistas, professores assumiram a greve do ABCD como expressão da luta democrática em curso.” (SANTOS, 2004, p. 88).

No dia primeiro de maio de 1980, São Bernardo dos Campos foi ocupada por oito mil policiais armados para conter a manifestação em solidariedade aos grevistas. Na tentativa de despistar a polícia, os manifestantes deram voltas nas ruas, ao redor da Igreja Matriz, onde uma missa estava sendo realizada. Quando a manifestação foi liberada pelo governo federal, havia uma multidão de 120 mil pessoas que se reuniu no estádio de Vila Euclides. Contudo, durante as comemorações, o governo decretou intervenção nos sindicatos de São Bernardo e de Santo André e cassou seus dirigentes. “Luís Ignácio da Silva e os demais líderes foram presos, bem como os membros da Comissão Justiça e Paz, entre eles os juristas Dalmo Abreu Dalallari e José Carlos Dias, além de outros opositores do regime” (SANTOS, 2004, p. 95).

Esta demonstração de apoio da igreja e de ampla camada da população à situação dos metalúrgicos constituiu importante componente para a negociação da referida greve, além de ser um marco da emergência do Partido dos Trabalhadores (PT).

No período de redemocratização, o primeiro de maio tornou-se uma data importante de agregação da militância de esquerda. Diversas manifestações passaram a ser realizadas no país na data, muitas das quais organizadas pelas CEBs, como é o caso da promovida em Shangri-lá, organizada pela CEB Padre Josimo Tavares. O Festival de música e poesia primeiro de maio foi fruto de uma série de ações sociais empreendidas pela CEB Padre Josimo Tavares junto com o Comitê Rio da Ação da Cidadania Contra

---

<sup>2</sup> O ABCD se encontra nos arredores de São Paulo e é uma região tradicionalmente industrializada e também a mais industrializada do Sudeste. A sigla vem das três cidades, que originalmente formavam a região, sendo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, e Diadema. Os sete municípios que compõem a região, somados, fazem uma área de 825 km<sup>2</sup> e reúnem uma população de mais de 2,5 milhões de habitantes. São Bernardo do Campo possui a maior população residente (781 390 habitantes segundo o IBGE 2007) e também a maior área de todos os municípios. Disponível em <https://geografia1004.wordpress.com/2012/09/10/abcd-paulista/>, acesso em: 20 nov. 2017.

a Fome, a Miséria e pela Vida da Taquara, o Pré-Vestibular para negros e carentes e a Fundação Bento Rubião<sup>3</sup>.

Figura 1 - Grupo cantando no Festival de música e poesia em Shangri-lá.



Fonte: digital, cd. 2004.

Pode-se reconhecer na realização cíclica deste Festival um tempo ritual e, como nos ensina Turner (1974) e Van Gennep (1978), o tempo ritual é rico de significados e exerce papel relevante na construção de simbolismos fundamentais para a vida das pessoas.

Em “Todo ano tem”, Regina de Paula Santos Prado aponta a abertura para a vida que as festas proporcionam. Em resposta à pergunta “de que forma e em que medida os rituais-festas são uma afirmação da vida e uma negação da morte?”, ela enfatiza o jogo dos contrários entre ordinário e extraordinário, entre vida e morte, pares relacionais necessários um à existência do outro. Prado (1976) apresenta o Bumba meu boi desde seus preparativos até seu desfecho, ou seja, um período de seis meses, entre abril e outubro. Na Páscoa era feita a primeira reunião para organizar a festa; em seguida, fazia-se a arrecadação da joia e começavam os ensaios no dia primeiro de maio. A novena, iniciada com “o levantamento do mastro” e a festa (São João), aconteciam durante três dias, sendo o dia do santo, 24 de junho, o de maior “brilho”.

---

<sup>3</sup>“A Fundação Centro de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião foi criada em 1986, por uma equipe que já desenvolvia um trabalho de fortalecimento comunitário e regularização fundiária na Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.http://www.bentorubiao.org.br/>>. Acesso em: 5 ago. 2012.

Tal como a descrição de Prado, o tempo ritual do Festival Primeiro de maio não se atém apenas ao dia da celebração, mas é preparado ao longo de diversos meses durante os quais os participantes e instituições se encontram para idealizar e organizar a celebração. As reuniões de preparação do evento aconteciam aos domingos no salão da igreja Sagrada Família. Neste momento, os organizadores decidiam o tema do Festival daquele ano, os parceiros que deveriam ser envolvidos, como utilizariam os recursos obtidos no ano anterior, se havia necessidade de obtenção de novos recursos e, caso sim, quais os patrocinadores que poderiam apoiar a festa. Também eram decididos os procedimentos da divulgação do evento e os passos das demais etapas de produção. Estes preparativos duravam cerca de seis meses e aglutinavam diversos atores sociais comprometidos com a luta pela terra e por direitos sociais.

A definição do tema do Festival era o ponto de partida na articulação dos vários parceiros. O tema escolhido deveria refletir as reivindicações dos movimentos sociais naquele momento, de modo que as músicas e poesias produzidas para concorrerem no evento propiciassem a reflexão e a explicitação das lutas sociais. A própria divulgação da inscrição de músicas e poesias constituía um momento importante de mobilização de instituições e militantes comprometidos com a luta pela terra e com a defesa dos direitos sociais.

Além do envolvimento dos integrantes das CEBs, de organizações não governamentais (ONGs) e de movimentos sociais, havia ainda outro grupo de articulação importante que se reunia em paralelo. Este grupo era constituído por quatro padres que trabalhavam em paróquias de Jacarepaguá. Segundo relatos, eles se reuniam uma vez por semana para planejar a articulação entre as atividades de suas paróquias e a participação do festival fazia parte de suas agendas. A ação das paróquias no evento se dava através da inscrição de seus paroquianos como autores de músicas e poesias concorrentes. De certa maneira, podemos dizer que essa era uma das atividades que eles tinham em comum. De acordo com a interpretação de Francisco, um dos organizadores do evento, o festival era, para estes padres, um momento importante, pois promovia o encontro de várias CEBs.

A influência da Igreja na concepção do Festival fica evidenciada pela maneira como era escolhido o tema anualmente. Todos os entrevistados<sup>4</sup> que participaram do

---

<sup>4</sup> A pesquisa foi realizada através de entrevistas, realizadas entre 2013 e 2015, com enfoque em histórias de vida. Foram entrevistados sete integrantes da CEB Padre Josimo. São eles (nomes fictícios): Eduardo

evento foram unânimes em afirmar que os temas do Festival eram inspirados nas “Campanhas da Fraternidade”. Contudo, ao comparar os temas propostos pelas Campanhas com os do festival, pode-se observar que apenas em um ano, os temas da campanha da fraternidade e do festival coincidiram:

Temas das Campanhas da Fraternidade:

- 1997 – A Fraternidade e os encarcerados / lema: Cristo liberta de todas as prisões;
- 1998 – Fraternidade e educação / lema: A serviço da vida e da esperança;
- 1999 – Fraternidade e desempregados / lema: Sem trabalho... Por quê?;
- 2000 (Ecumênica) – Dignidade humana e paz / lema: Novo milênio sem exclusões;
- 2001 – Vida sim, drogas não! (tema e lema);
- 2002 – Fraternidade e povos indígenas / lema: Por uma terra sem males!;
- 2003 – A fraternidade e as pessoas idosas / lema: Vida, dignidade e esperança;
- 2004 – A fraternidade e a água / lema: Água, fonte de vida.

Temas escolhidos para o Festival:

- 1997 - “O trabalhador Gira o Mundo”;
- 1998 – “O homem e a mulher no mundo do trabalho”;
- 1999 - “Nossa casa, nosso mundo”;
- 2000 - “O trabalhador e a ecologia”;
- 2001 - “Brasil 500 anos.”;
- 2002 - “Se existe um mundo, por que o terceiro mundo?”;
- 2003 - “A cidade que temos, a cidade que queremos”;
- 2004 - “Qual o valor da água?”.

Como se pode observar, somente no ano de 2004 os temas coincidiram. O festival propôs a pergunta “Qual o valor da água?” e a Campanha da Fraternidade teve como lema “Água: fonte de vida”. Por outro lado, nota-se que, entre os temas escolhidos, constam trabalho/trabalhador como o tópico mais recorrente, tendo sido escolhido em três edições do festival. Em 1997, o tema foi “O trabalhador Gira o

---

(70 anos), Emílio (72 anos), Francisco (50 anos), Paula (40 anos), Helena (73 anos), José (48 anos) e Manoel (44 anos).

Mundo”; em 1998 foi “O homem e a mulher no mundo do trabalho” e em 2000 foi “O trabalhador e a ecologia”, indicando que havia a intenção de manter a tradição de homenagear os trabalhadores e que a inserção produtiva era central para a população, naquela época de crise econômica que o país atravessava.

Em geral, a rotina dos festivais era a mesma. No dia primeiro de maio, às nove horas da manhã, um padre celebrava uma missa de Ação de Graças, utilizando símbolos de diversas religiões. O momento litúrgico abria as comemorações do dia do trabalhador, consagrando as atividades que seriam realizadas até à noite. Na sequência da missa, algumas bandas e músicos se apresentavam no palco, divertindo o público até o meio-dia, quando as músicas cessavam para o almoço comunitário. O almoço era preparado na véspera, por algumas mulheres integrantes da CEB, com alimentos doados no centro comunitário e vendidos no mesmo local. O dinheiro da sua venda era guardado como fundo para a preparação do festival do ano seguinte.

Após a refeição, os jurados eram apresentados ao público e, então, os concorrentes eram chamados um a um ao palco. Um animador do palco era o responsável por manter o público entusiasmado, apresentar os concorrentes, comentar o tema do Festival salientando o caráter de luta social e convidar, no intervalo das músicas e poesias, alguns militantes e vereadores do PT para subirem ao palco, proferindo palavras de ordem. Eram momentos de incentivo às lutas sociais.

Estas oportunidades de atuação no palco são vistas por alguns integrantes da CEB como maneiras de treinamento para a militância política porque serviam como um parâmetro do desempenho do discurso, da desinibição de falar em público e de que modo suas atitudes eram recebidas. Isto é, eram momentos que possibilitavam o surgimento e ou fortalecimento de lideranças políticas locais. A plateia, por sua vez, era composta por moradores do entorno, membros de diversas CEBs, políticos, religiosos e músicos e reagia às *performances* do palco batendo palmas, tremulando bandeiras de partidos políticos, gritando palavras de incentivo quando satisfeita ou, ao contrário, com vaias quando não aprovava.

Ao final das apresentações, os jurados escolhiam as três melhores composições para serem premiadas. O vencedor, o primeiro lugar, recebia como prêmio o valor de um salário mínimo em dinheiro. A menção ao salário mínimo era uma maneira de criticar a política governamental, ao estabelecer pequeno montante como salário de referência para remunerar os trabalhadores.

O Festival de música tinha a capacidade de agregar diversas redes sociais constituídas de movimentos sociais e músicos locais, vereadores, candidatos políticos, ONGs e religiosos, além de atrair como entretenimento os moradores de Shangri-lá e seus arredores. Sobre os participantes do evento, um entrevistado afirmou:

Vinham as ONGs, todas as articulações, parceiro de tudo quanto era jeito... Maravilhosa, maravilhosa... Incrível assim... Com palco, com premiação, certinho. Troféu e tal. Lindo, lindo! Isso tudo fazia parte do contexto das CEBs, da igreja, sabe. Passa tudo por aí. (Francisco, 50 anos, entrevistado em 2015)

As Comunidades Eclesiais de Base, localizadas em outros bairros, iam ao Festival fazer suas apresentações e era comum que os membros de um grupo religioso ajudassem na apresentação de outro, por exemplo, para recitar as poesias.

Pessoas se inscreviam. Vinham gente de longe. De Realengo, de não sei da onde... Inscreviam-se bandas de músicas. [...] a favela do Coroadó, a CEB, a juventude da Comunidade Eclesial de Base vinha... Por exemplo, eu escrevia poesias, as meninas do grupo jovem que recitavam as minhas poesias, entendeu? (Francisco, 50 anos, entrevistado em 2015)

Um dos organizadores descreveu o Festival de música Primeiro de Maio como um evento dedicado ao trabalhador, mas, sobretudo, tratava-se de um espaço de encontro de várias CEBs.

Isso tudo tinha uma vinculação que passava pelo festival Primeiro de maio. Foram dez anos de Festival Primeiro de maio de Shangri-lá. Dez anos<sup>5</sup>. Dez anos que a gente conseguiu botar um festival pra comemorar o dia do trabalhador. [...] Todo ano tinha um tema, né. Muito bem estruturado. E aí, esse também era um espaço de encontro das CEBs. (Francisco, 50 anos, entrevistado em 2015)

Em torno das nove horas da noite, o Festival terminava e cerca de 600 pessoas<sup>6</sup> entre organizadores, compositores, público, lideranças religiosas e políticas voltavam para suas casas certas de que, no próximo dia do trabalhador, estariam

---

<sup>5</sup> Um dos entrevistados refere-se ao Festival como tendo ocorrido durante dez anos, contudo foram oito edições anuais do festival entre 1997 e 2004. Provavelmente, os dez anos por ele apontados referem-se ao tempo total em que eles e os demais integrantes da CEB estiveram envolvidos na produção de mobilizações políticas em formatos de festas tanto para a assinatura da carta da Terra quanto para a benção das casas e o festival de música.

<sup>6</sup> A informação sobre o número de participantes é uma estimativa feita por um dos organizadores entrevistados.

novamente participando daquela festa. E assim foi até 2004, quando os organizadores decidiram encerrar o Festival.

Figura 2 - Grupo de coral cantando na edição do festival do ano de 2004.



Fonte: digital, CD. 2004

No último ano do festival, alguns membros da CEB perceberam que a população de Shangri-lá não estava satisfeita com a movimentação. Muitos se tornaram evangélicos e faziam clara demonstração de desagrado, colocando músicas em alto volume, durante o evento, ou fechando suas casas para passarem o dia em outro lugar. Estes foram os sinais através dos quais alguns organizadores perceberam que o tempo de festival havia acabado. Entre os organizadores, há várias interpretações para o fim das edições do Festival. Um deles, por exemplo, considera que o dispêndio de energia para realizar o Festival era muito grande: quase um ano de mobilização, com reuniões aos domingos, o que acabou “cansando” os organizadores. Segundo suas palavras:

A gente cansou. Na verdade assim, o festival para... Ele tava em um momento mesmo de cansaço da equipe que tocava né... Da equipe que tinha reunião todo domingo à noite, assim. Durante alguns meses pra chegar ao festival, você tinha que fazer reuniões... Já estaria começando pra preparar o ano que vem a gente já estaria fazendo reunião nesse período, né. E o grupo, era um grupo muito bom, mas ele foi cansando porque exigia muito da gente. E aí, também teve certo esvaziamento [...]. Foi muito mais uma decisão de achar que o festival já tinha dado o que tinha que era um projeto muito bonito, mas que os projetos têm início meio e fim e que não tinha problema nenhum de terminar com ele. Mesmo que a gente pudesse dar um gás nele e transformar, continuar dando força para o festival sabe. A gente achou que dez anos, já estava bom de mais. E foi a gente terminou. Muita gente não entendeu, sabe... "Ah, mas como? Um projeto tão bonito..." Mas é porque, tinha a coisa do esvaziamento também, os últimos já não estavam... As músicas mudaram. Se inscreveram muitas bandas que o tom já não era tão

político, das músicas que se inscreveram, sabe. (Francisco, 50 anos, entrevistado em 2015)

A interpretação de que o encerramento das edições do festival foi decorrência do cansaço da equipe mostra que havia um grupo de pessoas que se sentia sobrecarregada. Conforme Lespaubin et al. (2004), o funcionamento das CEBs é caracterizado pela constituição de diversos grupos pastorais e de serviços como, por exemplo, catequese, equipes de liturgia, pastoral do batismo, pastoral do dízimo, ministério da eucaristia, catequese de crisma, iniciação de adultos, pastorais da criança, dos enfermos, da saúde alternativa, da juventude. Para que aconteçam todas estas atividades, frequentemente, há sobrecarga de algumas pessoas que realizam diversos serviços. Um ponto de estrangulamento das CEBs seria, por exemplo, a dificuldade de formar quadros suficientes para todas as atividades.

Contudo, um dos fundadores da CEB tem outra interpretação para o encerramento das edições do festival. Para ele, o fato dos moradores de Shangri-lá já terem conquistado casa, trabalho e renda fazia com que a celebração não tivesse mais sentido. Esta interpretação de Emílio encontra eco nas análises de Santos (2008) a respeito das características dos movimentos sociais de cunho reivindicatório.

Alguns grupos lutam contra o Estado e as instituições, entendendo que a resolução de seus problemas só se efetivará em uma sociedade mais igualitária, inserindo, portanto, o movimento no bojo da luta revolucionária que aspira à transformação do sistema político. Outros grupos participam de movimentos que são meramente *reivindicatórios*. Estes em geral dissolvem-se depois que suas reivindicações foram atendidas. [...] Os movimentos sociais urbanos são assim denominados porque atuam sobre uma problemática urbana relacionada com o uso do solo, com a apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos. Portanto, os movimentos por moradia, pela implementação ou pela melhoria dos serviços públicos, como transporte público de qualidade, são exemplos de movimentos reivindicatórios urbanos relacionados ao direito à cidade e ao exercício da cidadania. (SANTOS, 2008, p.11)

Importante salientar que a escolha da data para a realização do festival reforçava a identidade de trabalhador politizado, em contraposição a do “vagabundo”, ou do trabalhador “alienado”. O lugar escolhido para a realização do Festival é também revelador. O festival acontecia dentro dos muros da Cooperativa Shangri-lá que, por sua vez, estava situada dentro de uma favela. Como aponta Birman (2008), o termo favelado é uma das designações mais estigmatizadoras que a população de baixa renda sofre na relação estabelecida com os demais cidadãos. Por esta razão, no nosso ponto

de vista, a experiência do festival de música em Shangri-lá foi importante, no sentido de contribuir para a superação desta identidade negativa, favorecendo a emergência de outras, sobretudo as de trabalhador, militante, músico e poeta.

Pode-se dizer que, ao incentivar a composição de músicas e poesias sobre temáticas de cunho social, para serem apresentadas na favela, diante de uma plateia composta por integrantes das CEBs, moradores locais, religiosos e políticos, o Festival promoveu, informalmente, a reflexão sobre as explorações cotidianas vivenciadas pela população de baixa renda, a conscientização das injustiças sociais e o reconhecimento social desta população.

Por meio do Festival foram consolidadas algumas ações e práticas cuja tônica eram as alianças entre moradores e/ou grupos. Muitos participantes tornaram-se amigos e parceiros nas reivindicações e ações por direitos sociais. Há ainda aqueles que firmaram vínculos afetivos mais sólidos, tornaram-se parentes através de casamento e compadrio. Ao lado disso, não podemos esquecer que se tratava de uma arena onde disputas e tensões também ocorriam.

As atividades desenvolvidas em Shangri-lá influenciaram a formação política daquela população. Alguns participantes do festival se engajaram em Movimentos Sociais; outros se candidataram a cargos elegíveis e houve quem tenha se tornado assessor de vereadores.

Em suma, a favela de Shangri-lá foi o palco do nascimento, consolidação e declínio de um evento de cultura popular, no qual os ideais das CEBs de união entre os integrantes, de disposição de ser 'irmão', de conviver com o povo e a disponibilidade de ajudar estavam presentes e, por isso, teve papel fundamental na formação do espaço público para os moradores da favela e do seu entorno, somente possível pela constituição de laços de sociabilidade e solidariedade.

Após a última edição do Festival, houve o declínio das atividades da CEB e alguns integrantes pararam de frequentar Shangri-lá. Contudo, de tempos em tempos, parte dos membros se agrega novamente para a realização de objetivos políticos específicos como, por exemplo, em 2015, quando apoiaram a campanha de uma integrante da CEB para o cargo de conselheira tutelar. Percebe-se, assim, que de outras maneiras, o grupo dá continuidade à promoção de ações destinadas à defesa dos direitos sociais como na época de plenas atividades da CEB.

## Referências bibliográficas

ANISTIA INTERNACIONAL (website). **Massacre de Eldorado dos Carajás: 20 anos de impunidade e violência no campo.** Notícias. 15 de abril de 2016. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/>>, acessado em 24 abr. 2017.

ANTAS, Edenise da Silva. **O caráter educativo dos processos de participação nas organizações econômicas populares: A experiência da Shangri-lá.** 2000. 231f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

BIRMAN, Patricia. Favela é comunidade? In: MACHADO, L. A. (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008, p. 99-114.

BURGOS, Miguel Baumann. Cidade, Territórios e Cidadania. **DADOS - Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, v. 48, n.1, 2005, p.189-222.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Do sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e de evolução urbana do Rio de Janeiro.** 2009. 373 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - PPGSA/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

HOBSBAWM, Eric., RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBASE - **Instituto Brasileiro de Geopolítica e Estatística,** 2014. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/2011/07/acao-da-cidadania-2>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

LEITE, Marcia Pereira. Novas relações entre identidade religiosa e participação política no Rio de Janeiro hoje: o caso do Movimento Popular de Favelas. In: BIRMAN, Patricia (Org). **Religião e espaço público.** São Paulo: Attar, 2003.

LESBAUPIN, I. et al. Revistando as CEBs: um estudo no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. **Religião e Sociedade,** v. 24, n. 1, p. 147-176, 2004.

MACHADO, Luiz Antônio. Quarenta anos de sociologia das classes populares urbanas. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. **Cidades, olhares, trajetórias.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

NÓBREGA, Lígia de Moura P. 1988. **CEBs e Educação popular.** Petrópolis: Vozes.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História.** Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do Espírito**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1997.

RODRIGUES, Solange dos Santos. 1997. **Comunidades Eclesiais de Base no Brasil: interfaces entre religião, política e produção do conhecimento**. 1997. 229f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia/ IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

THEIJE, Marjo de. **Tudo o que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns**. Brasil. Recife: FJN, Ed. Massanga, 2002.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

SANTOS, Regina Bega. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.